

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas alertam para alta de preço com MP dos impostos 3

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad aceita negociar medida do PIS/Cofins 4

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacheco manifesta insatisfação com MP 5

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacheco pede solução até hoje para MP do PIS/Cofins 7

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad promete negociar texto de MP do PIS/Cofins 9

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Motoristas de app: comissão da Câmara começa a debater nesta terça proposta de
regulamentação; veja principais pontos 10

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Calendário INSS de junho: veja datas de pagamento da aposentadoria 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impasse sobre PIS/Cofins 15

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nova tributação favorece indústria 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto seletivo na bebida alcoólica é tema de debate no Correio 18

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo e empresários se reúnem para tratar do impasse sobre PIS/Cofins (Arrecadação)
..... 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Equipe econômica quer acelerar medidas de corte de gastos 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacheco pode barrar limite a crédito tributário 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Jogar de vez o foco na Previdência - RAUL VELLOSO 24

Terça-Feira, 11 de Junho de 2024

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Dúvida sobre "harmonia" entre políticas fiscal e monetária é risco, diz BC 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado volta a elevar estimativas para IPCA, mostra novo Focus 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Produtividade será chave para PIB per capita 27

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juro curto sobe com ruídos e precifica alta da Selic adiante 29

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Fiscal é fonte de preocupação, diz Campos Neto 30

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Correção do FGTS volta a ser julgada 31

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
ECONOMIA

FGTS: julgamento sobre correção será amanhã 32

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado aumenta de novo projeção de inflação 33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar vai a R\$ 5,35, maior patamar em 17 meses 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar tem nova alta, já avança 2,05% em junho e vai a R\$ 5,35 36

Empresas alertam para alta de preço com MP dos impostos

THIAGO BONNA

Empresas exportadoras, alimentícias, de agronegócio, farmacêuticas e distribuidoras de combustíveis, entre outras, vêm demonstrando preocupação com a Medida Provisória (MP) 1227/2024 publicada na última terça-feira pelo Ministério da Fazenda. Empresários reclamam que, além da decisão ter sido tomada sem aviso prévio ao setor produtivo, a ação poderá aumentar os preços dos itens para o consumidor e elevar a **inflação**.

O texto prevê "limitação da compensação de **tributos** administrados pela Secretaria Especial da **Receita Federal** do Ministério da Fazenda (...) e revogação de hipóteses de ressarcimento e compensação de créditos presumidos da contribuição para o PIS/Pasep e da contribuição para o Cofins". Os empresários

alegam que os créditos do PIS/Cofins pago por eles e que seriam abatidos de outros **tributos**, evitando a cumulatividade da carga tributária, não poderão ser compensados mais, sendo apenas para pagar PIS/Cofins.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) prevê que a medida aumentará o preço dos produtos e demonstra preocupação com as empresas que usam a totalidade do valor pago do PIS/Cofins para abatimento em outros **tributos**. "Muitos dos setores industriais ali envolvidos, assim como comércio e agroindústrias, não são contemplados pela desoneração e serão diretamente atingidos pelas novas restrições do uso desses créditos", diz o presidente da Fie-mg, Flávio Roscoe.

Especialistas observam que pode ser necessária a tomada de financiamento ou o uso de dinheiro que teria outro destino, como investimentos, no pagamento dos **tributos**. O que pode acarretar em alta de preços nos produtos que chegam ao consumidor. "Vai ser um aumento no pagamento de **impostos** que não estava previsto no fluxo de caixa fiscal das empresas. Se eu tenho dinheiro no meu caixa, faço outra coisa, mas agora não vou conseguir fazer, porque tenho que cumprir a obrigação tributária", afirma José Guilherme Sabino, presidente do grupo Assertif, especializado em revisão e recuperação de créditos tributários e soluções financeiras.

Sabino afirma que, como a publicação da MP tem impacto imediato, as empresas estão com dificuldade em absorver essa mudança pelo tema não ter sido tratado com antecedência com o setor. "As empresas fariam planejamento. O governo, ao invés de proibir o uso de 100%, poderia ter proibido usar 50% e os outros 50% seriam compensados. Ele poderia ter proibido uma parte do abatimento com outros **impostos**, mas a outra seria só com o PIS/Cofins", diz Sabino, que denominou a MP de "Desequilíbrio do Caixa das Empresas".

Um impacto já percebido vem do segmento de combustíveis. A distribuidora Ipiranga anunciou um reajuste na gasolina, diesel e etanol em seus postos credenciados, a partir de hoje, e atribuiu o aumento ao "efeito imediato da MP 1227/2024".

Site: <https://digital.em.com.br>

Haddad aceita negociar medida do PIS/Cofins

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que está disposto a negociar com o Congresso itens da medida provisória (MP) que restringe a utilização de créditos de PIS/Cofins. A proposta vem sendo criticada por entidades que representam o setor produtivo.

A proposta veda a compensação cruzada e limita o ressarcimento em dinheiro do crédito presumido (leia abaixo). Com a previsão de reforçar o caixa em R\$ 29,2 bilhões, o governo alega que hoje há abusos no pagamento das compensações, principalmente o uso de créditos para compensar o pagamento de Imposto de Renda. Nos últimos três anos, essas compensações saltaram de R\$ 5 bilhões para R\$ 22 bilhões.

Haddad disse que já tem conversado com líderes empresariais sobre o assunto:

- A preocupação maior que eu ouvi dos empresários é com relação ao prazo. E isso estamos dispostos a sintonizar com a **reforma tributária**. Teve o mesmo problema e foi resolvido na negociação.

Apesar de advertências de entidades da indústria e dos combustíveis, Haddad descartou que a medida provisória traga impacto sobre a **inflação**. Isso porque, segundo ele, a devolução dos créditos tributários (**impostos** pagos a mais ao longo da cadeia produtiva) continua assegurada.

Transparência

Haddad disse ainda que a **Receita Federal** deve lançar, na próxima semana, um sistema eletrônico nos quais estarão listados todos os benefícios fiscais que as empresas possuem. A intenção é aumentar* a transparência.

- O que a Receita quer é fazer um sistema mais transparente, em que se possa, por meio de um sistema operacional, identificar se a compensação de crédito está sendo feita na forma da lei. Porque a impressão que dá é que isso não está acontecendo. Ou isso está acontecendo de forma indevida. Até por desentendimento do contribuinte - afirmou Haddad.

Cinco confederações que representam o setor produtivo manifestaram, em nota conjunta repúdio à

MP. Juntas, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Confederação Nacional das Cooperativas (CN-Coop), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Transporte (CNT) pedem ao Congresso a rejeição da medida e devolução da proposta ao governo federal.

"Os setores da economia nacional aqui representados foram duramente atingidos por mais uma medida que revela a falta de diálogo por parte do governo com aqueles que produzem e geram emprego no país", criticam as entidades na nota.

Para as confederações, a medida tem por objetivo arrecadar mais **tributos** pelo Executivo. "Não há, por parte do governo, uma preocupação mínima em adotar* medidas que reduzam as despesas", afirma a manifestação.

Entenda a discussão

Atualmente, créditos de PIS/ Cofins podem ser usados por empresas para abater o saldo devedor de outros **tributos** - a compensação cruzada.

Isso vale inclusive para contribuições previdenciárias.

Pela proposta apresentada na semana passada, esses créditos só poderão ser aproveitados para abater o próprio PIS/Cofins.

A MP também restringe o ressarcimento em dinheiro do crédito presumido de PIS/ Cofins.

A intenção do governo é gerar uma receita de R\$ 29,2 bilhões em 2024 e, com isso, compensar a perda de arrecadação gerada pela prorrogação da desoneração da folha de pagamento de empresas e municípios até 2027.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240611&edicao=30137#page/1>

Pacheco manifesta insatisfação com MP

Em uma conversa de quase uma hora no Palácio do Planalto na tarde de ontem (10), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), manifestou sua "insatisfação" com a medida provisória apresentada pelo Governo Federal que limita crédito de PIS/Cofins para empresas. A medida gerou reações de empresários e parlamentares. Ele disse a Lula que até hoje deverá tomar uma decisão sobre o que fazer com a MP, se irá devolvê-la ou não.

Pacheco disse ter ficado insatisfeito com o fato de o governo ter optado por tratar desse assunto por meio de uma MP, dispositivo que passa a vigorar imediatamente e, se não votado em quatro meses, perde a validade. O senador alertou que para uma eventual inconstitucionalidade da proposta, visto que não há, por exemplo, respeito à noventena - prazo de 90 dias para a medida entrar em vigor. O senador também levou a Lula o descontentamento do setor produtivo.

Pela MP, o governo limita a compensação de créditos de PIS/Cofins de forma geral e de créditos presumidos de PIS/Cofins não ressarcíveis. A proposta servirá para cobrir a renúncia fiscal com a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia e de municípios. Segundo a **Receita Federal**, o custo da desoneração em 2024 é de R\$ 26,3 bilhões.

Negociação

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a medida será negociada com o Congresso. Segundo ele, o governo está disposto a negociar itens como os prazos para adaptação às novas regras. "Sei que o clima político melhora, piora, a gente está sempre à mercê desse tipo de humor. Mas nosso papel é construir uma agenda suprapartidária e ir corrigindo as contas públicas, lembrando que esse problema não foi criado pelo governo." disse.

De acordo com Haddad, muitas das dúvidas serão esclarecidas quando o ministro explicar aos empresários que pretende instituir o sistema aprovado na **reforma tributária** para compensar os créditos do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA).

Já o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), afirmou que o governo intensificar diálogos com setores produtivos e parlamentares para detalhar a proposta de compensação tributária.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/eccx/#p=1>

Pacheco pede solução até hoje para MP do PIS/Cofins

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o governo deve indicar até hoje alguma alternativa para a medida provisória que limitou a compensação de créditos de PIS/ Cofins, apurou o Estadão/Broadcast.

Caso não haja nenhuma solução para o impasse criado com a edição da MP, Pacheco indicou que o ato pode ser devolvido ao Palácio do Planalto.

Segundo apurou a reportagem, Pacheco avalia uma solução até hoje para evitar que a crise escale, uma vez que a MP tem gerado uma série de críticas por parte do setor produtivo.

A MP foi assinada pelo presidente Lula como uma forma de compensar a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia que mais empregam e de municípios. Segundo a **Receita Federal**, o custo da desoneração em 2024 é de R\$ 26,3 bilhões. Pela MP, o governo limitou a compensação de créditos de PIS/Cofins de forma geral e de créditos presumidos de PIS/ Cofins não ressarcíveis.

No entendimento de Pacheco, a alternativa à MP do PIS/Cofins pode vir de diversas formas.

Segundo fontes ouvidas pela reportagem, a negociação de mudanças no texto, por exemplo, é uma possibilidade. A escolha de outras fontes de compensação para a desoneração, uma outra possibilidade. A tramitação do assunto por projeto de lei, por sua vez, uma terceira via.

A devolução da MP seria um ato mais radical e causaria uma tensão entre o governo e o Senado.

O Estadão/Broadcast apurou, porém, que, no entendimento de Pacheco, a proposta tem vícios de constitucionalidade que poderiam embasar essa decisão, como a ausência de uma noventena para a aplicação das novas regras. A pressão política também tem crescido desde que a medida provisória foi publicada.

Deputados e senadores têm aumentado o coro contra a medida provisória desde o fim da semana passada. Uma coalizão de frentes parlamentares pediu, na semana passada, que Pacheco devolva a MP, dada a

repercussão negativa que o texto teve junto ao setor produtivo.

Esses pontos foram passados pelo presidente do Senado a Lula em reunião na tarde desta segunda-feira, 10. O encontro durou cerca de 1 hora e 40 minutos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que estava no Planalto para uma reunião com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e líderes governistas, também participou da conversa com Lula e Pacheco.

Governo vai negociar melhor proposta, diz Padilha

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, listou ontem, dentre as prioridades do governo para os próximos dias, a intenção de intensificar diálogos sobre a desoneração da folha de pagamentos com setores produtivos e frentes parlamentares para detalhar a proposta de compensação tributária.

"A partir de hoje, governo intensificará negociações para construir melhor proposta de compensação", disse o ministro. "Lula se coloca hoje à disposição para qualquer conversa com lideranças e presidentes do Congresso." As declarações ocorreram ontem, no Palácio do Planalto, após uma reunião do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com ministros e líderes do governo no Congresso Nacional.

A fala vem depois da enxurrada de críticas tanto do meio empresarial quanto do meio político à medida provisória editada recentemente pelo governo Lula para limitar créditos de PIS/Cofins e, assim, obter recursos para compensar o impacto fiscal da desoneração da folha.

As manifestações contrárias à MP vêm sendo registradas desde a semana passada. Como o Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) informou mais cedo, cinco confederações que representam o setor produtivo publicaram nota conjunta nos principais jornais do País em repúdio à Medida Provisória 1.227/2024, que restringe o uso de créditos de PIS/Cofins.

Juntas, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Confederação

Nacional das Cooperativas (CNCoop), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Transporte (CNT) pedem ao Congresso a rejeição da medida e devolução da proposta ao governo federal.

"Os setores da economia nacional aqui representados foram duramente atingidos por mais uma medida que revela a falta de diálogo por parte do governo com aqueles que produzem e geram emprego no País", criticam as entidades.

Na semana passada, o presidente da CNI até interrompeu sua participação em viagem do vice-presidente Geraldo Alckmin para sinalizar contrariedade à MP.

Também ontem, a reportagem noticiou que o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, criticou a medida provisória. Ele a classificou com "extremamente danosa para o Brasil" e, em mensagem enviada ao grupo de senadores que fazem parte da CAE, à qual o Broadcast Político teve acesso, conclamou seus colegas a se posicionarem contra a MP. Defendeu até que haja uma pressão pela devolução da medida provisória por parte do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Pela MP, o governo limitou a compensação de créditos de PIS/ Cofins de forma geral e de créditos presumidos de PIS/Cofins não ressarcíveis.

A proposta servirá para cobrir a renúncia fiscal com a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia e de municípios. Segundo a **Receita Federal**, o custo da desoneração em 2024 é de R\$ 26,3 bilhões.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-28cfdffe36b17fb278450506f62885c5.pdf

Haddad promete negociar texto de MP do PIS/Cofins

WELLTON MÁXIMO

A medida provisória que restringe as compensações do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Co-fins) será negociada com o Congresso, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, o governo está disposto a negociar itens como os prazos para adaptação àsno-vas regras.

"Sei que o clima político melhora, piora, a gente está sempre à mercê desse tipo de humor. Mas nosso papel é construir uma agenda su-prapartidária e ir corrigindo as contas públicas, lembrando que esse problema não foi criado pelo governo. Na verdade, é a compensação de uma decisão que foi tomada pelo Congresso Nacional [prorrogação da desoneração da folha de pagamento] sem a participação do Executivo", disse.

O ministro lembrou que o acordo com o Supremo Tribunal Federal que permitiu estender a desoneração da folha de pagamento até 2027. "Não excluo a possibilidade também de, no diálogo com o Congresso, em virtude da decisão do Supremo, construirmos alternativas", acrescentou.

De acordo com Haddad, muitas das dúvidas serão esclarecidas quando o ministro explicar aos empresários que pretende instituir o sistema aprovado na **reforma tributária** para compensar os créditos do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA).

"A preocupação maior que eu ouvi dos empresários é com relação ao prazo. E isso estamos dispostos a sintonizar com a **reforma tributária**. Teve o mesmo problema, e foi resolvido na negociação", disse Haddad.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_7F494EBC29535FBB017B54DE556BC5C7A685C0BF5B13852DB4ABB51A8BAC54D146191762BE034060C61B94484D6797F153A9A284A7A14CDC7EFED092B37F3C6FD6D1DAC636613682D4ACCA0C4E9304CD2707023D96535CAEFDDCA6732A530DF8C4C45C2BB420B838F0CA2DCB8D403F6E75A5ADC2F173DF65E02C1

Motoristas de app: comissão da Câmara começa a debater nesta terça proposta de regulamentação; veja principais pontos

Por Kevin Lima, Beatriz Borges, g1 - Brasília

O texto, enviado originalmente pelo governo, recebeu contribuições da categoria, de plataformas e de diversas entidades sociais. Para virar lei, a proposta terá que ser analisada pela Câmara e pelo Senado.

Em acenos aos motoristas, porém, incluiu medidas que possibilitam ao condutor direcionar corridas com base em um valor mínimo por quilômetro rodado. O deputado criou mecanismos para que os trabalhadores rejeitem viagens sem passar por penalizações.

Coutinho estabeleceu uma série de benefícios fiscais à categoria, como redução do Imposto de Renda e isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis novos. E propôs permitir que os motoristas tenham acesso à linha de créditos do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Pronampe).

Segundo ele, a expectativa é que o parecer tenha a análise iniciada nesta terça, com a leitura do relatório. Na sequência será aberta a discussão do texto e a previsão é que haja um pedido de vista (mais tempo para análise). Pelo regimento da Câmara, a votação, portanto, poderá ocorrer na próxima semana.

Após ser analisado pela Comissão de Indústria, o texto ainda terá de ser debatido nas comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ser encaminhado ao plenário.

Na Câmara, inicialmente, os deputados fecharam um acordo para que a proposta seja analisada em até 60 dias para que o projeto fosse discutido por três comissões, em até 60 dias, com uma divisão igual de 20 dias em cada colegiado.

O plano, segundo parlamentares envolvidos, é avançar o máximo possível com a proposta ainda neste mês.

Em nota, a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que representa as duas maiores plataformas de transporte por aplicativo do Brasil, disse que o texto apresentado por Coutinho é

"significativamente mais extenso do que a proposta original" e avança em temas que não foram discutidos em um grupo de trabalho organizado pelo governo junto a empresas e motoristas.

"Causa preocupação o aumento da insegurança jurídica e a inclusão de dispositivos que promovem intervenção direta na operação das plataformas, engessando diversas questões operacionais que podem afetar a qualidade do serviço, com consequências negativas às dezenas de milhões de brasileiros que usam os aplicativos", diz a entidade.

Veja a seguir os principais pontos do parecer de Augusto Coutinho:

O parecer de Augusto Coutinho, apresentado na Comissão de Indústria da Câmara, prevê que o motorista de aplicativo será considerado um trabalhador autônomo.

O texto diz que o trabalhador não poderá ser enquadrado na categoria de microempreendedor individual (MEI), e que a prestação de serviços a uma plataforma não será reconhecida como vínculo empregatício.

O relatório prevê, ainda, revogar um dispositivo de uma lei de 2013 que dá aos municípios e ao Distrito Federal o direito de regulamentar e fiscalizar a operação de transporte por aplicativo.

O projeto estabelece que, diariamente, os motoristas de aplicativo precisarão passar por um período de repouso - ou seja, deverão ficar desligados de todas as plataformas. Pelo texto, esse período não poderá ser inferior a 11 horas, que poderão ser fracionadas desde que ocorra um descanso ininterrupto de seis horas.

Caso não se submeta ao descanso, o trabalhador poderá ser punido com a suspensão de seu cadastro em todas as plataformas por 30 dias. Se desrespeitar a medida mais de uma vez, o prazo de bloqueio será dobrado.

A fiscalização e a punição caberá ao Ministério do

Trabalho. O relatório propõe também que os aplicativos disponibilizem aos motoristas um recurso de fácil acesso para contabilizar as horas conectadas a uma plataforma.

Também prevê que as empresas deverão criar mecanismos para desconectar automaticamente motoristas que ultrapassarem o limite máximo de horas trabalhadas.

Segundo o texto, as plataformas não poderão exigir dos motoristas:

Também não poderão estabelecer qualquer tipo de vantagem - por exemplo, descontos na taxa de operação da plataforma - baseado em índices de aceitação de corridas.

A proposta estabelece uma série de requisitos para o contrato de prestação de serviços entre motoristas e as plataformas. O texto permite que, antes de aceitar um trabalhador, as empresas realizem uma consulta prévia de antecedentes criminais dos motoristas, além de outros mecanismos de segurança.

Pelo texto, as empresas não poderão recusar cadastros de motoristas que cumprirem com os seguintes requisitos:

??possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria B ou superior que contenha a informação de que exerce atividade remunerada

??ter veículo que atenda aos requisitos de idade máxima e às características exigidas pela autoridade de trânsito

??emitir e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV)

??e apresentar certidão negativa de antecedentes criminais

Outro ponto da proposta determina que as empresas repassem aos motoristas os valores arrecadados com corridas em até cinco dias úteis após a viagem.

O projeto prevê ainda que a plataforma somente poderá excluir unilateralmente um motorista nos casos de fraude, abuso ou mau uso da plataforma. A empresa deverá oferecer amplo espaço de defesa ao motorista.

Em seu relatório, Augusto Coutinho acolheu uma série de demandas dos motoristas e criou hipóteses nas quais os trabalhadores poderão recusar corridas sem eventuais penalizações.

Pela proposta, os motoristas poderão:

??escolher as áreas nas quais não querem rodar

??definir quais usuários serão aceitos em seu carro, baseando-se em um patamar mínimo de avaliação (por exemplo, 4 estrelas)

??recusar corridas de passageiros acompanhados de animais de qualquer porte - com exceção dos animais de suporte previstos em lei, como cães-guia

??rejeitar corrida com passageiro diferente do usuário que solicitou

??recusar transporte de pessoas maior do que o permitido

??rejeitar corridas em locais que considerar inseguro

??recusar viagens com bagagens em volume superior à capacidade do carro

??encerrar viagens com passageiros que apresentarem comportamentos agressivos ou perigosos à saúde ou segurança do motorista

??cancelar corridas em que o passageiro não estiver no ponto de partida

Além disso, estabelece que, em corridas com menores de 16 anos desacompanhados, poderá haver exigência de autorização de pais ou responsáveis.

No relatório, Augusto Coutinho propõe também que as plataformas disponibilizem um mecanismo para que mulheres - sejam elas motoristas ou passageiras - escolham se querem ser atendidas ou prestar serviços somente para mulheres.

O parecer de Coutinho ainda prevê que as plataformas deverão exibir aos motoristas, no momento da oferta de corrida, dados mínimos das viagens. Entram nessa lista, por exemplo, a apresentação dos bairros e das ruas de partida e destino.

Apesar de ter anunciado mudanças, o relator manteve os trechos originais que haviam sido propostos pelo governo para a remuneração mínima de motoristas de aplicativo.

O parecer mantém um valor mínimo de R\$ 32,10 para cada hora trabalhada pelo motorista em uma plataforma.

Pelo texto, as empresas não poderão limitar as corridas depois de o condutor alcançar a remuneração mínima horária. Na prática, portanto, os trabalhadores

poderão ganhar mais do que o patamar previamente estabelecido.

Ao final de cada mês, a empresa deverá calcular se o piso foi alcançado pelo motorista. Caso não tenha sido atingido, a plataforma deverá complementar o valor faltante.

O parecer de Coutinho traz uma mudança na parte da complementação. Pelo texto, a empresa poderá trocar a complementação financeira pelo pagamento da contribuição previdenciária devida pelo motorista.

O piso de remuneração foi um dos pontos mais criticados pelos profissionais, que pediam um valor mínimo de remuneração por quilômetro rodado. Apesar dos pedidos, porém, o relator decidiu manter o mecanismo de remuneração proposto pelo governo.

Ele decidiu, no entanto, alterar o índice utilizado para reajustar o piso. Inicialmente, o governo propôs que o valor fosse atualizado com base na política de reajuste do salário mínimo.

Em seu relatório, Augusto Coutinho estabelece que a recomposição será anual, no dia 1º de janeiro, e deverá levar em conta a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Em aceno aos motoristas, a proposta de Coutinho prevê que o condutor poderá direcionar a oferta de corridas com base em parâmetros financeiros - isto é, poderá definir quais são os seus valores mínimos por quilômetro e por minuto. O critério também vai valer para as plataformas em que motoristas e usuários negociam os preços das passagens.

Na prática, segundo avaliação do relator, o motorista poderá escolher como ganhar dinheiro: por hora ou por quilômetro.

Uma outra demanda da categoria atendida pelo relator prevê um limite para o valor da taxa de operação cobrada pelas plataformas. Segundo o texto, a cobrança não poderá ser superior a 30% da corrida paga pelo passageiro.

O relatório apresentado por Coutinho estabelece que o motorista não será obrigado a se filiar a um sindicato. O trecho representa um recuo em relação à proposta original do governo, que estabelecia uma sindicalização obrigatória.

O texto diz ainda que condições de trabalho e de remuneração serão objeto de negociação coletiva entre o sindicato da categoria profissional dos motoristas e as plataformas de aplicativo de transporte.

Inicialmente, o texto de Augusto Coutinho havia mantido a proposta inicial do governo para a contribuição previdenciária dos motoristas e das plataformas. Em versão divulgada na noite desta segunda, porém, o deputado alterou as alíquotas previdenciárias previstas.

Pelo texto, a contribuição mensal dos motoristas à **Previdência Social** será de 5% do chamado salário de contribuição, que corresponderá a 25% do valor bruto arrecadado pelo motorista no mês. Antes, o valor previsto era de 7,5%.

Na prática, o motorista pagará ao **INSS** cerca de 1,25% do valor bruto arrecadado no mês.

Motoristas que tiverem outras atividades profissionais, que também contribuam com a Previdência, poderão ter reduções nos valores pagos ao **INSS**.

As contribuições dos motoristas serão recolhidas pelas próprias plataformas - uma medida que terá o objetivo de evitar que os trabalhadores não contribuam.

Ao entrar na Previdência, o motorista passará a ter direito à aposentadoria, salário-maternidade, pensão por morte, benefício por incapacidade temporária (auxílio-doença), auxílio-acidente, entre outros.

O parecer também alterou o regime de contribuição das empresas responsáveis pelos aplicativos de corrida à Previdência. As empresas contribuirão com 22,5% sobre o chamado salário de contribuição - o governo havia proposto uma alíquota de 20% - de cada motorista cadastrado na plataforma.

Em seu parecer, Coutinho acena à categoria e propõe mudanças no Imposto de Renda.

O texto diminui o percentual de tributação do IR - de 60% para 25% - sobre os rendimentos obtidos pelos motoristas. A redução valerá por cinco anos, contados a partir da eventual entrada em vigor da lei.

Atualmente, taxistas e motoristas de aplicativo têm um desconto de 40% sobre a tributação dos rendimentos no Imposto de Renda. A legislação permite que as categorias informem somente 60% do valor que obtiveram com as corridas - quando a soma ultrapassar a faixa de isenção do IR (atualmente em R\$ 24.511,92 anuais).

O benefício surgiu como forma de compensar gastos dos motoristas autônomos com, por exemplo, manutenção do veículo e combustível. A sobra - isto é, os 40% descontados - é reconhecida como isenta e não tributável na declaração.

A medida, proposta por Coutinho, amplia, portanto, esse desconto para 75%. Pela lei, o benefício é somente aplicado aos ganhos obtidos com o transporte de passageiros e não pode ser utilizado em outras fontes de renda do motorista.

Na prática, o texto reduz a cobrança do Imposto de Renda sobre ganhos de motoristas autônomos com o transporte de passageiros. Além dos motoristas de aplicativo, também serão contemplados taxistas.

No primeiro ano, a perda de arrecadação do IR será compensada por um aumento de 0,1 ponto percentual nas alíquotas da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicadas sobre seguradoras e instituições financeiras; e de bancos.

O relatório também propõe que os motoristas poderão financiar até 90% do valor de veículos novos ou até R\$ 135 mil, o que for menor, por meio do Pronampe.

Para isso, algumas regras devem ser seguidas, entre elas, o motorista não pode ter contraído operações de crédito no Pronampe nos três anos anteriores à data de contratação.

Com o crédito por meio do Pronampe, os motoristas poderão financiar veículos com uma taxa de juros anual máxima igual à Selic, acrescida de 2%, além disso eles terão até 60 meses para pagar a dívida.

O relator também isentou do pagamento de IPI na compra de automóveis os motoristas de aplicativo que exerçam a atividade há, no mínimo, três anos. O benefício fiscal valerá por cinco anos.

Pela proposta, será preciso atender aos seguintes requisitos:

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/06/11/motoristas-de-app-comissao-da-camara-comeca-a-debater-nesta-terca-proposta-de-regulamentacao-veja-principais-pontos.ghtml>

Calendário INSS de junho: veja datas de pagamento da aposentadoria

Colaboração para o UOL, em São João del Rei (MG)

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) anunciou as datas de pagamento dos benefícios referentes ao mês de junho. Os depósitos começam no dia 24.

Serão pagos cerca de 39 milhões de benefícios, sendo 5,6 milhões assistenciais e 33,4 milhões previdenciários.

As datas de pagamento variam conforme o valor do benefício. Quem recebe até um salário mínimo terá datas diferentes daqueles que ganham acima do piso nacional.

Para saber a data exata, é necessário verificar o último número do cartão de benefício, ignorando o dígito verificador. Beneficiários já habituados ao calendário seguirão as datas usuais.

Confira abaixo as datas de pagamento do **INSS** referentes a junho:

Até 1 salário mínimo:

Acima de 1 salário mínimo:

Os segurados podem acessar o extrato pelo aplicativo do **INSS** ou pelo site Meu **INSS**, utilizando a conta Gov.br para login.

No portal, é possível verificar o extrato de pagamento, valores a serem recebidos, datas de pagamento, além de agendar ou remarcar perícias e utilizar outros serviços.

Além das diversas modalidades de aposentadoria, o **INSS** oferece benefícios como auxílio-doença, auxílio-reclusão, pensões, salário-família, salário-maternidade, pecúlio e seguro-defeso.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/06/11/calendario-inss-de-junho-veja-datas-de-pagamento-da-aposentadoria.htm>

Impasse sobre PIS/Cofins

» **ÂNDREA MALCHER**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, receberá, hoje, os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), para discutir a medida provisória (MP) 1.227/2024, que limita o uso de créditos acumulados pela tributação do PIS/ Cofins. A MP, editada para compensar perdas provocadas pela prorrogação, até 2027, da desoneração da folha de pagamento dos 17 setores produtivos e de municípios de até 156 mil habitantes, encontra resistência no setor empresarial.

Ontem, falando a jornalistas, Haddad informou que receberia empresários para esclarecer os pontos da MP que preocupam o setor. Ele se disse aberto a negociar alterações no texto.

Para Haddad, a medida não provocará alta da **inflação**, porque os créditos tributários estão garantidos. Por isso, segundo ele, não há razão para o repasse de preço ao consumidor. O ministro acrescentou que a fórmula usada nesse MP segue a mesma lógica do que foi tratado nas negociações da **reforma tributária**, quando foi discutida a devolução dos créditos PIS/Cofins.

"Com a **reforma tributária**, isso tem o mesmo problema, e foi resolvido na negociação de como operar a devolução do crédito de exportação de PIS/Cofins. Isso está pacificado, até onde entendo, está muito bem encaminhado.

Então, vamos procurar aderir a essa MP o que foi de certa maneira pactuado no Congresso Nacional sobre esse mesmo tema na regulamentação da emenda constitucional", disse o ministro aos jornalistas ontem.

Haddad também lembrou que, ao editar a MP, o governo seguiu determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que deu um prazo de 60 dias para que fossem pensadas soluções para a compensação da desoneração da folha de pagamento.

"Se depender da Fazenda, vai acontecer processo parecido com a MP 1185, a MP inicialmente gerou estresse no Congresso, levou um tempo para o Congresso decidir considerar a MP, estava lá prestes a cair quando conseguimos mostrar que tínhamos um ponto que precisava ser corrigido.

Não temos esse tempo agora porque tem decisão do

STF que nos impõe compensação em 60 dias, temos prazo muito menor, mas isso pode ser favorável, se trabalhar intensamente o tema, vamos chegar à correção que pretendemos, do que nos parece ser desvio de finalidade daquilo que está em vigor", observou.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), entrou em campo e se reuniu com o presidente Lula, juntamente com Haddad para falar do clima de insatisfação que tomou a Casa com a edição da MP na última semana.

Segundo apurou o Correio, o senador teria dito que a medida desrespeita o princípio constitucional da noventena, que estabelece que mudanças nas regras tributárias devem passar a valer 90 dias após sua aprovação.

Reações Uma nota assinada pela CNI, pela CNA e ainda pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop); e a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), os empresários expressaram repúdio e pediram pela devolução ou rejeição à MP.

"O objetivo da medida é arrecadar mais **tributos** dos contribuintes brasileiros. Não há, por parte do governo, uma preocupação mínima em adotar medidas que reduzam as despesas.

A consequência é a diminuição da competitividade dos produtos brasileiros, além de ameaçar a saúde financeira das empresas, os empregos, os investimentos, aumentar a insegurança jurídica e causar reflexos prejudiciais na **inflação** do país", avaliam as entidades.

Ricardo Alban pontuou que reuniões com o governo e com os empresários vêm ocorrendo desde quarta-feira passada, quando foi editada a MP, para encontrar caminhos para "mitigar possíveis entendimentos equivocados".

"Precisamos construir, em conjunto, outros caminhos para o equilíbrio fiscal e, conseqüentemente, o melhor para o crescimento econômico", disse.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6057/11-06-2024.html?all=1>

Nova tributação favorece indústria

DA REDAÇÃO

A indústria é um dos setores que mais se beneficiará com a implementação da **Reforma Tributária**. Foi o que explicou o secretário Extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, no **Seminário Reforma Tributária**, realizado ontem, no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb).

De acordo com Bernard Appy, a indústria se beneficia a partir do momento que a **Reforma Tributária** acaba com a cumulatividade de **impostos** que vigora no Sistema Tributário brasileiro. "Hoje, tem imposto que, após ser pago pelo setor produtivo, não é mais recuperado ao longo da cadeia. A Reforma chega para acabar com esta sobreposição", lembra.

O atual regime tributário também penaliza a indústria na medida em que ela é um dos setores que mais investe, mas não consegue reverter isso em competitividade em relação aos seus concorrentes estrangeiros em razão da alta taxação sobre os investimentos. "A **Reforma Tributária** desonera completamente o investimento e a indústria, que é o setor mais intensivo em capital, se beneficiará", destaca.

O seminário teve ainda a participação do deputado Cláudio Cajado, do PP, um dos sete integrantes do grupo de trabalho da Câmara Federal responsável pela regulamentação da **Reforma Tributária**, do superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Sérgio Telles, e da sócia de **Tributos** da Grant Thornton Brasil, Wanessa Pinheiro.

O evento foi aberto pelo presidente da Fieb, Carlos Henrique Passos, que comemorou o avanço da implementação da **Reforma Tributária** e lembrou o papel das entidades organizadas na defesa dos interesses de cada setor. Ele agradeceu a presença dos convidados e concluiu dizendo: "Que a gente tenha a melhor **Reforma Tributária** que esperamos por tanto tempo. Temos convicção de que a reforma pode trazer maior esperança para nossa indústria".

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_7F494EBC29535FBB017B54DE556BC5C7A685C0BF5B13852DB4ABB51A8BAC54D146191762BE034060C61B94484D6797F153A9A284A7A14CDC7EFED092B37F3C6FD6D1

DAC636613682D4ACCA0C4E9304CD2707023D96535CAE
FDDCA6732A530DF8C4C45C2BB420B838F0CA2DCB8D4
03F6E75A5ADC2F173DF65E02C1

Imposto seletivo na bebida alcoólica é tema de debate no Correio

Henrique Fregonasse*

+

O comércio ilegal de bebidas alcoólicas vem abocanhando uma alarmante fatia do mercado brasileiro. Segundo o estudo Mercado Ilegal de Álcool no Brasil, realizado pela Euromonitor International, essa pirataria faturou R\$ 56,9 bilhões em 2023, numa soma das perdas com evasão fiscal, produção sem registro, contrabando e falsificação. O montante representa um crescimento de 224% em relação a 2017 - início da série histórica do estudo -, quando alcançou R\$ 17,6 bilhões.

Segundo o levantamento, as bebidas ilícitas geraram uma perda de arrecadação de R\$ 28,2 bilhões em 2023 - um aumento de 176% em relação a 2017, quando a perda foi de R\$ 10,2 bilhões. Ao Correio, Leonardo Weber, consultor da Euromonitor responsável pelo estudo, ressaltou que além do crescimento evasão de recursos, o comércio ilegal de bebidas alcoólicas também expandiu o volume da negociação irregular.

A gente está falando, em 2023, de 214,6 milhões para todas as bebidas ilícitas, adverte.

Para o presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), José Eduardo Cidade, a simplificação do sistema tributário ajudaria contra a ilegalidade. Mas ele teme que Imposto Seletivo (IS) - o Imposto do Pecado, que a **reforma tributária** prevê ser instituído a partir de 2027, e incidirá sobre cigarro e bebidas alcoólicas e açucaradas - piore a situação.

A carga tributária sobre os destilados, que hoje são punidos enquanto outras bebidas têm tratamento privilegiado, tem um grande efeito colateral: fomenta o comércio ilícito, observa.

Para discutir a segurança jurídica do IS para as bebidas alcoólicas, o Correio promove, nesta terça (11/6), o debate Bebidas Alcoólicas: Segurança jurídica no Imposto Seletivo. José Eduardo Cidade e Leonardo Weber têm presença confirmada.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

O comércio ilegal de bebidas alcoólicas vem abocanhando uma alarmante fatia do mercado brasileiro. Segundo o estudo Mercado Ilegal de Álcool

no Brasil, realizado pela Euromonitor International, essa pirataria faturou R\$ 56,9 bilhões em 2023, numa soma das perdas com evasão fiscal, produção sem registro, contrabando e falsificação. O montante representa um crescimento de 224% em relação a 2017 - início da série histórica do estudo -, quando alcançou R\$ 17,6 bilhões.

Segundo o levantamento, as bebidas ilícitas geraram uma perda de arrecadação de R\$ 28,2 bilhões em 2023 - um aumento de 176% em relação a 2017, quando a perda foi de R\$ 10,2 bilhões. Ao Correio, Leonardo Weber, consultor da Euromonitor responsável pelo estudo, ressaltou que além do crescimento evasão de recursos, o comércio ilegal de bebidas alcoólicas também expandiu o volume da negociação irregular.

A gente está falando, em 2023, de 214,6 milhões para todas as bebidas ilícitas, adverte.

Para o presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), José Eduardo Cidade, a simplificação do sistema tributário ajudaria contra a ilegalidade. Mas ele teme que Imposto Seletivo (IS) - o Imposto do Pecado, que a **reforma tributária** prevê ser instituído a partir de 2027, e incidirá sobre cigarro e bebidas alcoólicas e açucaradas - piore a situação.

A carga tributária sobre os destilados, que hoje são punidos enquanto outras bebidas têm tratamento privilegiado, tem um grande efeito colateral: fomenta o comércio ilícito, observa.

Para discutir a segurança jurídica do IS para as bebidas alcoólicas, o Correio promove, nesta terça (11/6), o debate Bebidas Alcoólicas: Segurança jurídica no Imposto Seletivo. José Eduardo Cidade e Leonardo Weber têm presença confirmada.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2024/06/6875183-imposto-seletivo-na-bebida-alcoolica-e-tema-de-debate-no-correio.html>

Governo e empresários se reúnem para tratar do impasse sobre PIS/Cofins (Arrecadação)

Ândrea Malcher

+

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, receberá, nesta terça-feira (11), os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), para discutir a medida provisória (MP) 1.227/2024, que limita o uso de créditos acumulados pela tributação do PIS/Cofins. A MP, editada para compensar perdas provocadas pela prorrogação, até 2027, da desoneração da folha de pagamento dos 17 setores produtivos e de municípios de até 156 mil habitantes, encontra resistência no setor empresarial.

Nesta segunda-feira, falando a jornalistas, Haddad informou que receberia empresários para esclarecer os pontos da MP que preocupam o setor. Ele se disse aberto a negociar alterações no texto.

Para Haddad, a medida não provocará alta da **inflação**, porque os créditos tributários estão garantidos. Por isso, segundo ele, não há razão para o repasse de preço ao consumidor. O ministro acrescentou que a fórmula usada nesse MP segue a mesma lógica do que foi tratado nas negociações da **reforma tributária**, quando foi discutida a devolução dos créditos PIS/Cofins.

Com a **reforma tributária**, isso tem o mesmo problema, e foi resolvido na negociação de como operar a devolução do crédito de exportação de PIS/Cofins. Isso está pacificado, até onde entendo, está muito bem encaminhado. Então, vamos procurar aderir a essa MP o que foi de certa maneira pactuado no Congresso Nacional sobre esse mesmo tema na regulamentação da emenda constitucional, disse o ministro aos jornalistas ontem.

Haddad também lembrou que, ao editar a MP, o governo seguiu determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que deu um prazo de 60 dias para que fossem pensadas soluções para a compensação da desoneração da folha de pagamento.

Se depender da Fazenda, vai acontecer processo parecido com a MP 1185, a MP inicialmente gerou estresse no Congresso, levou um tempo para o Congresso decidir considerar a MP, estava lá prestes a cair quando conseguimos mostrar que tínhamos um ponto que precisava ser corrigido. Não temos esse

tempo agora porque tem decisão do STF que nos impõe compensação em 60 dias, temos prazo muito menor, mas isso pode ser favorável, se trabalhar intensamente o tema, vamos chegar à correção que pretendemos, do que nos parece ser desvio de finalidade daquilo que está em vigor, observou.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), entrou em campo e se reuniu com o presidente Lula, juntamente com Haddad para falar do clima de insatisfação que tomou a Casa com a edição da MP na última semana.

Segundo apurou o Correio, o senador teria dito que a medida desrespeita o princípio constitucional da noventena, que estabelece que mudanças nas regras tributárias devem passar a valer 90 dias após sua aprovação.

Reações

Uma nota à imprensa, assinada pela CNI, pela CNA e ainda pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop); e a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), os empresários expressaram repúdio e pediram pela devolução ou rejeição à MP.

O objetivo da medida é arrecadar mais **tributos** dos contribuintes brasileiros. Não há, por parte do governo, uma preocupação mínima em adotar medidas que reduzam as despesas. A consequência é a diminuição da competitividade dos produtos brasileiros, além de ameaçar a saúde financeira das empresas, os empregos, os investimentos, aumentar a insegurança jurídica e causar reflexos prejudiciais na **inflação** do país, avaliam as entidades.

Ricardo Alban pontuou que reuniões com o governo e com os empresários vêm ocorrendo desde quarta-feira passada, quando foi editada a MP, para encontrar caminhos para mitigar possíveis entendimentos equivocados.

Precisamos construir, em conjunto, outros caminhos para o equilíbrio fiscal e, conseqüentemente, o melhor para o crescimento econômico, disse.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, receberá,

nesta terça-feira (11), os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), para discutir a medida provisória (MP) 1.227/2024, que limita o uso de créditos acumulados pela tributação do PIS/Cofins. A MP, editada para compensar perdas provocadas pela prorrogação, até 2027, da desoneração da folha de pagamento dos 17 setores produtivos e de municípios de até 156 mil habitantes, encontra resistência no setor empresarial.

Nesta segunda-feira, falando a jornalistas, Haddad informou que receberia empresários para esclarecer os pontos da MP que preocupam o setor. Ele se disse aberto a negociar alterações no texto.

Para Haddad, a medida não provocará alta da **inflação**, porque os créditos tributários estão garantidos. Por isso, segundo ele, não há razão para o repasse de preço ao consumidor. O ministro acrescentou que a fórmula usada nesse MP segue a mesma lógica do que foi tratado nas negociações da **reforma tributária**, quando foi discutida a devolução dos créditos PIS/Cofins.

Com a **reforma tributária**, isso tem o mesmo problema, e foi resolvido na negociação de como operar a devolução do crédito de exportação de PIS/Cofins. Isso está pacificado, até onde entendo, está muito bem encaminhado. Então, vamos procurar aderir a essa MP o que foi de certa maneira pactuado no Congresso Nacional sobre esse mesmo tema na regulamentação da emenda constitucional, disse o ministro aos jornalistas ontem.

Haddad também lembrou que, ao editar a MP, o governo seguiu determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que deu um prazo de 60 dias para que fossem pensadas soluções para a compensação da desoneração da folha de pagamento.

Se depender da Fazenda, vai acontecer processo parecido com a MP 1185, a MP inicialmente gerou estresse no Congresso, levou um tempo para o Congresso decidir considerar a MP, estava lá prestes a cair quando conseguimos mostrar que tínhamos um ponto que precisava ser corrigido. Não temos esse tempo agora porque tem decisão do STF que nos impõe compensação em 60 dias, temos prazo muito menor, mas isso pode ser favorável, se trabalhar intensamente o tema, vamos chegar à correção que pretendemos, do que nos parece ser desvio de finalidade daquilo que está em vigor, observou.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), entrou em campo e se reuniu com o presidente Lula, juntamente com Haddad para falar do clima de insatisfação que tomou a Casa com a edição da MP

na última semana.

Segundo apurou o Correio, o senador teria dito que a medida desrespeita o princípio constitucional da noventena, que estabelece que mudanças nas regras tributárias devem passar a valer 90 dias após sua aprovação.

Reações

Uma nota à imprensa, assinada pela CNI, pela CNA e ainda pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop); e a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), os empresários expressaram repúdio e pediram pela devolução ou rejeição à MP.

O objetivo da medida é arrecadar mais **tributos** dos contribuintes brasileiros. Não há, por parte do governo, uma preocupação mínima em adotar medidas que reduzam as despesas. A consequência é a diminuição da competitividade dos produtos brasileiros, além de ameaçar a saúde financeira das empresas, os empregos, os investimentos, aumentar a insegurança jurídica e causar reflexos prejudiciais na **inflação** do país, avaliam as entidades.

Ricardo Alban pontuou que reuniões com o governo e com os empresários vêm ocorrendo desde quarta-feira passada, quando foi editada a MP, para encontrar caminhos para mitigar possíveis entendimentos equivocados.

Precisamos construir, em conjunto, outros caminhos para o equilíbrio fiscal e, conseqüentemente, o melhor para o crescimento econômico, disse.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/06/6875099-governo-e-empresarios-se-reunem-para-tratar-do-impasse-sobre-pis-cofins.html>

Equipe econômica quer acelerar medidas de corte de gastos

GERALDA DOCA E THAIS BARCELLOS

Técnicos da equipe econômica afirmam que o ruído em torno da condução da política fiscal tende a acelerar medidas de contenção de despesas. Nos últimos dias, têm crescido as críticas de empresários e de agentes do mercado financeiro à estratégia do governo de melhorar as contas públicas pelo lado do aumento de receita.

Integrantes dos ministérios da Fazenda e do Planejamento querem submeter ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva ações com foco na Previdência e nos pisos de Saúde e Educação. A ideia é fazer esse debate acontecer, considerado inevitável.

Para integrantes da equipe econômica, a piora do dólar nos últimos dias está mais relacionada ao mercado externo que ao Brasil. Mas reconhece-se que o ruído em torno do fiscal também tem pesado.

Embora a Fazenda mantenha o discurso de que é necessário corrigir brechas da arrecadação, a avaliação na equipe econômica é que o arcabouço fiscal não para de pé sem correção de regras de crescimento de despesas. Isso porque as principais despesas do Orçamento crescem acima do limite geral de gastos, de até 2,5% real (acima da inflação).

No caso da Previdência, técnicos querem tocar uma ideia de desvincular o crescimento dos benefícios do salário mínimo, que voltou a ter crescimento real. E isso faz os gastos previdenciários subirem acima do arcabouço. Um técnico fala que, se não limitar as aposentadorias, pelo menos poderiam ser alterados alguns benefícios, como seguro-desemprego.

UNIFORMIZAR REGRAS

Nos casos de Saúde e Educação, a saída é outra. Como já mostrou O GLOBO, uma das ideias na mesa é uniformizar as regras de Saúde e Educação ao crescimento de gastos do arcabouço: alta de até 2,5% cima da inflação. Outra possibilidade é basear essa regras no crescimento da população ou no PIB per capita.

Essa opção abriria uma folga de R\$ 190 bilhões nas despesas discricionárias do governo ao longo dos próximos dez anos.

Se nada for feito, o espaço para despesas não obrigatórias, que tem previsão de R\$ 104,9 bilhões em 2026, chegará a 2028 com apenas R\$ 11,8 bilhões - o que, na prática, levaria a uma paralisia no governo federal.

Antes da entrada em vigor do arcabouço fiscal -regra que hoje ordena as contas públicas do país, aprovada pelo governo Lula em 2023 -, o teto de gastos, criado pelo então presidente Michel **Temer**, havia determinado que os pisos de Saúde e Educação fossem corrigidos, ano a ano, apenas pela inflação. Com o fim do teto de gastos, voltaram a valer as previsões constitucionais para despesas com essas rubricas.

Assim, a partir de agora, os gastos com Saúde precisam representar ao menos 15% da receita corrente líquida do governo federal. E aqueles com Educação devem ser de 18% da receita líquida de impostos. E isso que está previsto na Constituição. Mas essa regra representa uma bomba para o atual arcabouço fiscal, que prevê que as despesas totais do governo devem crescer entre 0,6% e 2,5% acima da inflação a cada ano.

Por isso, os técnicos da equipe econômica defendem que, pelo menos, a mesma regra aplicada ao conjunto de despesas no arcabouço fiscal -ou seja, expansão entre 0,6% e 2,5% acima da inflação a cada ano - seja adotada também na Saúde e na Educação.

Um ajuste nos parâmetros de receita usados para atualizar os mínimos exigidos na Constituição também está em análise. A intenção é expurgar recursos extraordinários do cálculo da receita, que, segundo a equipe, são voláteis e dão pouca sustentabilidade às políticas ao longo dos anos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pacheco pode barrar limite a crédito tributário

BERNARDO LIMA, GERALDA DOCA, DANIEL GULLINO E JENIFFER GULARTE *economia@oglobo.com.br*
BRASÍLIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi ao Palácio do Planalto falar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem sobre a medida provisória que limita crédito de PIS/Cofins para empresas. A medida gerou reações de empresários e parlamentares. Ele disse a Lula que até hoje deverá tomar uma decisão sobre o que fazer com a MP, se irá devolvê-la ou não.

Pacheco manifestou sua "insatisfação" com o fato de o governo ter optado por tratar desse assunto por meio de uma MP, dispositivo que passa a vigorar imediatamente e, se não for votado em quatro meses, perde a validade. O senador alertou que, por esse caminho, não há, por exemplo, respeito à noventena - prazo de 90 dias para a medida entrar em vigor.

Representantes do empresariado têm reclamado da limitação, que, na prática, aumenta o pagamento de **impostos**. A MP restringe o uso de créditos gerados no pagamento dos **tributos** PIS e Co-fins no abatimento do recolhimento de outros **impostos**. O Ministério da Fazenda prevê um ganho de receita de R\$ 29,2 bilhões, apenas em 2024, e argumenta que a medida é necessária para compensar a renúncia de receitas com a desoneração da contribuição previdenciária sobre a folha de salários das firmas de 17 setores da economia e das prefeituras de municípios menores, aprovada contra os interesses do Planalto.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO

O possível desrespeito ao princípio constitucional da noventena foi um dos argumentos citados numa ação judicial do PP no STF Supremo Tribunal Federal (STF) contra as mudanças. Para a legenda, com a MP, "o atual planejamento financeiro das empresas sofrerá implicações instantâneas, comprometendo investimentos e corroborando para uma elevação da insegurança jurídica". O PP também alega que a medida "não possui qualquer relevância social e muito menos urgência", requisitos para a edição de uma MP.

Hoje, os créditos de PIS e Cofins podem ser usados para reduzir débitos relativos a uma série de **tributos**,

inclusive previdenciários. A MP da semana passada restringe o uso apenas ao pagamento do próprio PIS/Cofins.

Após a edição da MP, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) estimou um impacto negativo na indústria de R\$ 29,2 bilhões na parcial deste ano e de R\$ 60,8 bilhões em 2025. O IBP, que representa o setor de petróleo e gás, calculou que o impacto poderá chegar a R\$ 10 bilhões por ano apenas para as distribuidoras de combustíveis. Se o custo adicional for inteiramente repassado ao preço final, significaria um reajuste de 4% a 7% na gasolina e de 1% a 4% no diesel.

Segundo o Sincopetro, entidade dos postos de combustível do estado de São Paulo, a Ipiranga divulgou um **comunicado** para os revendedores na sexta-feira, dia 7, informando que, a partir de hoje, haverá reajustes nos combustíveis vendidos por ela, "em função do efeito imediato" da MP da semana passada. A empresa confirmou que "o **comunicado** foi enviado à sua rede de revendedores por meio de canal direto e privado" e ressaltou que "o preço é livre e a prática do preço do combustível na bomba é uma decisão do revendedor".

REUNIÃO COM LIDERANÇAS

O encontro entre Lula e Pacheco faz parte de uma ofensiva do governo para tentar amenizar a reação à proposta apresentada pela equipe econômica. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, minimizou a possibilidade de repasse de custos para os preços finais e disse que vai se dedicar, nesta semana, a explicar a medida a parlamentares e ao empresariado: -Estamos preparando um material, vamos tentar uma reunião com algumas lideranças empresariais, sobretudo as confederações. Passei de sexta a domingo conversando com alguns líderes empresariais para esclarecer algumas das medidas.

Em outra frente, Haddad se reuniu ontem com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, às vésperas do julgamento sobre a remuneração das contas do FGTS na Corte, previsto para amanhã. Uma das preocupações do governo é sobre os impactos da decisão na política habitacional. O FGTS é a principal fonte de financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida.

Atualmente, as contas vinculadas ao FGTS são corrigidas por 3% ao ano, mais a Taxa Referencial (TR). No julgamento da ação sobre o FGTS, Barroso propôs trocar o rendimento pela remuneração da caderneta de poupança, superior à atual. Eventual aumento na remuneração das contas implicaria elevação nas taxas cobradas de empréstimos financiados pelo FGTS.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Jogar de vez o foco na Previdência - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Ao enfatizar o papel da União, que é preponderante na gestão macroeconômica, e o peso elevado da questão previdenciária nesse mister, esta coluna nada mais é do que um complemento a várias anteriores, onde o foco recaía sobre os demais itens de peso no gasto obrigatório (vale dizer, em educação, saúde e assistência social) e sobre a ação dos municípios (onde cada vez mais predominam as ações governamentais nessas áreas).

No tocante à sua área de atuação, o ponto que venho enfatizando é que hoje o governo não consegue controlar bem a situação macroeconômica, por não ser capaz de impedir que os gastos federais continuem crescendo a mil por hora, enquanto a arrecadação de **tributos** se arrasta, ora em uma guerra permanente contra os contribuintes de maior peso, ora acompanhando a evolução de um **PIB** que, por conta do tipo de crescimento de gasto que vem ocorrendo, evolui abaixo do que seria o desejável...

Na verdade, o item do gasto que mais tem crescido é o relativo à previdência, especialmente a municipal. Ali, a taxa média de crescimento real dessa variável foi de 12,5% a.a. em 2011-2018. Chocante... Mas na União, por sua vez, o peso no gasto total do item previdência subiu de 19,2 para nada menos do que 51,8%, entre 1987 e 2021, enquanto, por ordem do maior componente para o menor, dentro da área social, a soma de assistência, educação e saúde, que se destacam entre os demais itens do grupo obrigatório, passava de 19,7 para 33% do total. Assim, somando previdência e o resto da área social, passávamos de 38,9 para 84,8% do total obrigatório. Um verdadeiro escândalo!

O principal pagador dessa conta foram os investimentos públicos em infraestrutura, cujo peso no gasto total, só na União, desabou de 16 para 2,2%. Já a taxa média real de crescimento dos gastos públicos de todas as esferas de governo nesse setor caiu de -1,5% em 2006-2022 para -5,4% em 2010-2022. Foi por isso que o crescimento médio do **PIB** que, nos anos 1970, era de 7% a.a., desabou de apenas 1,8% para ridículos (pelos padrões brasileiros) 1,2% médios a.a. entre 2006-2022 e 2010-2022.

Caímos feio em um buraco...As soluções que os

governos têm inventado (teto de gastos, arcabouço fiscal etc.) mostram resultados pífios, e a situação fiscal só piora. Agora, precisamos adicionar mais lenha na fogueira do desajuste, ao enfrentarmos a necessidade premente de juntar um montão de dinheiro para socorrer o RS.

Há uma resistência política gigantesca a se mexer com esse tema nas hostes governamentais, e não é por outro motivo que na União ele se tornou tabu puro... Mas não tem jeito: há que se fazer um gigantesco esforço de ajuste previdenciário, como alguns casos bem-sucedidos permitem ver, sem o que continuaremos atolados no lamaçal econômico.

Cabe agora detalhar o ajuste previdenciário. Primeiro, é preciso projetar receitas e despesas para os próximos 75 anos, apurar o resultado financeiro anual, e, imaginando a prevalência de déficits sistemáticos, calcular o valor presente do passivo total a preços constantes, a fim de adotar as medidas adequadas de correção. Daí, o processo de ajuste desses desequilíbrios inclui: 1) uma Reforma de Regras como a aprovada na Emenda 103/19, última aprovada no Congresso, aplicável automaticamente apenas à União - ou seja, cada ente tem de aprovar asua; 2) aporte de ativos (como imóveis etc.) a um fundo de previdência, incluindo a antecipação de seu ingresso - ou sua securitização; 3) aumento da contribuição dos ativos e inativos. Acerca da baixa adesão à tarefa, cabe finalmente lembrar que, de cerca de 2.000 municípios com regimes próprios, menos de 300 aprovaram suas reformas com base na Emenda 103/19, ou seja, 15% no máximo. Voltarei ao tema.

Site: <https://digital.em.com.br>

Dúvida sobre "harmonia" entre políticas fiscal e monetária é risco, diz BC

CÍCERO COTRIM E MARIANNA GUALTER

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que a dúvida sobre a capacidade de harmonizar as políticas monetária e fiscal no Brasil é o principal risco percebido no País no curto prazo. No longo prazo, ele mencionou a dificuldade de aumentar a produtividade.

"A maior percepção de risco no Brasil está relacionada à capacidade de chegar a um sistema em que haja harmonia nas políticas fiscal e monetária, é nisso que as pessoas se concentram no curto prazo", disse ele, durante webinar organizado pela Constellation Asset.

No longo prazo, ele mencionou uma dificuldade de aumentar a produtividade do País.

"Nós focamos muito no curto prazo", afirmou. Ele avaliou que o desemprego baixo do Brasil pode ser consequência dos efeitos da reforma trabalhista.

INFLAÇÃO. O presidente do BC também afirmou que a mudança da classificação das expectativas de **inflação** de "reancoragem parcial" para "desancoradas" (ou seja, estão longe das metas que devem ser seguidas pelo BC) foi um dos pontos para a redução do ritmo de cortes da taxa Selic. Apesar disso, Campos Neto frisou que os números recentes de **inflação** vieram um pouco melhores na margem.

"Especialmente a **inflação** de serviços relacionada a áreas de trabalho intensivo." A autoridade monetária, disse ele, está fazendo um trabalho detalhado de observar o comportamento de serviços para verificar se está ocorrendo uma correlação entre a intensidade do mercado de trabalho e os preços, mas por enquanto isso não foi verificado.

SUGESTÕES. No mesmo evento, Campos Neto listou três sugestões que deixaria para seu substituto na presidência do BC, a partir de 2025. Ele aconselhou o próximo chefe da autarquia a preservar ao máximo a sua independência, a tentar garantir que a comunicação do BC não cause ruídos e a continuar investindo na agenda de tecnologia.

"Sempre há um desafio. É uma linha muito tênue, porque às vezes você é próximo de forma a ir para as reuniões e falar com o governo, mas isso só é bom se

you have independence to make a decision. E, às vezes, não será o que o governo quer." O presidente do BC repetiu que é importante poder dizer "não" ao governo. Ele também defendeu que o próximo presidente do BC deve dar atenção à comunicação. "Precisa ter um processo em que você seja transparente, as pessoas entendam o processo e você possa comunicar as coisas de forma a reduzir o ruído o máximo possível." Campos Neto também afirmou que é necessário continuar investindo na agenda de tecnologia. Segundo ele, o que foi feito até aqui foi apenas a "ponta do iceberg". "A tecnologia é uma forma mais barata de promover inclusão e melhorar o mercado financeiro." Ele salientou o desempenho do Pix, classificado por ele como o "sistema de pagamento de maior sucesso globalmente".

Campos Neto citou que a ferramenta incluiu sete milhões de pessoas na bancarização.

"A maior percepção de risco está relacionada à capacidade de chegar a uma harmonia nas políticas fiscal e monetária"

Roberto Campos Neto Presidente do BC

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado volta a elevar estimativas para IPCA, mostra novo Focus

CÉLIA FROUFE | COLABOROU ALVARO GRIBEL/BRASÍLIA

Pela quinta semana consecutiva, o mercado financeiro aumentou sua previsão para a **inflação** deste ano, mostra novo relatório Focus divulgado ontem pelo Banco Central.

A projeção passou de 3,88% para 3,90%. Um mês antes, a mediana era de 3,76%. Para 2025, foco principal da política monetária, a estimativa também registrou alta - de 3,77% para 3,78%, ante 3,66% de um mês atrás. As estimativas continuam acima do centro da meta para a **inflação**, de 3,0%.

Para 2026, a expectativa seguiu em 3,60%, ante 3,50% de um mês atrás. No horizonte mais longo, de 2027, a estimativa para o IPCA se manteve em 3,50%, como está há 49 semanas.

O governo já sinalizou a manutenção da meta de **inflação** em 3,0% para este e os próximos anos, mas ainda não publicou o decreto para regulamentar a meta contínua.

Apesar da mexida nas previsões para a **inflação**, o mercado manteve a projeção de 10,25% para a Selic no fim deste ano. Há um mês, o patamar era de 9,75%. Já a estimativa para 2025 foi elevada, de 9,18% para 9,25% - ante 9% há um mês. Para 2026, a projeção continuou em 9%.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC volta a se reunir na próxima semana para definir a nova taxa básica de juros - que hoje está em 10,5% ao ano. Depois da divisão do Copom na reunião de maio, na qual quatro diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriram divergência e votaram pelo corte maior dos juros, o mercado financeiro entende que o encontro deste mês será decisivo para a credibilidade da política monetária do BC.

Economistas e investidores ouvidos pelo Estadão estão divididos sobre se o BC já fará uma parada técnica nos cortes ou se irá votar por mais uma redução de 0,25 ponto porcentual.

Mais do que a decisão, porém, o que será analisado serão as escolhas dos diretores Gabriel Galípolo, Paulo Picchetti, Ailton Santos e Rodrigo Alves

Teixeira, os quatro indicados de Lula.

Na ata da reunião, esses quatro diretores afirmaram que o cenário havia piorado, mas que era preciso seguir o "guidance", ou indicação dada na reunião anterior, sob pena de perda de credibilidade na comunicação oficial do banco. A decisão provocou ruído entre os investidores, que passaram a **temer** que o BC, sobre o governo Lula, seja mais leniente no combate à **inflação**.

Estimativas

Previsão para **inflação** no ano foi de 3,88% para 3,90%, longe do centro da meta

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Produtividade será chave para PIB per capita

Lucianne Carneiro Do Rio

Do crescimento anual de 1,84% do Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita brasileiro entre 1970 e 2023, a chamada razão de independência contribuiu com 31%. O conceito mede a parcela da população em idade ativa em relação ao total e é uma referência para o bônus demográfico. Enquanto isso, 64% vieram da produtividade do trabalho - indicador que compara o valor adicionado com o número de horas trabalhadas - e 28% da taxa de participação, que é a relação entre as pessoas que estão ocupadas ou em busca de trabalho e o total da população em idade ativa.

Entre 2010 e 2023, as contribuições foram de 85%, -18% e 87%, respectivamente, diante do perfil etário da população, da queda da produtividade do trabalho no período e do aumento da participação feminina no mercado. A conta é dos economistas José Ronaldo de Castro de Souza Júnior e Cristiano da Costa Silva, que tratam do tema em artigo de abertura do livro "Desafio da Produtividade: como tirar o Brasil da armadilha da renda média" (editora Lux), que será lançado nesta semana. A publicação traz as informações até 2022, mas os dados foram atualizados pelos autores até 2023 para o Valor.

O cálculo inclui também a parcela de influência dos outros dois fatores que compõem a variação do **PIB** per capita, que são a carga horária do pessoal ocupado e a taxa de ocupação - parcela das pessoas ocupadas em relação ao grupo em idade de trabalhar. Os cinco indicadores podem contribuir para cima (número positivo) ou para baixo (número negativo). Juntos, somam 100%.

"Quando se analisa desde 1970, o avanço do **PIB** per capita é explicado predominantemente pelo crescimento da produtividade do trabalho. Isso reforça a ideia de que a dinâmica produtiva é um determinante crucial para a melhoria do padrão de vida no país. Mas há outros fatores que ajudaram e vêm perdendo força. Vamos depender cada vez mais da produtividade do trabalho", afirma Souza Júnior, professor do Ibmec, economista-chefe da Leme Consultores e ex-diretor de Macroeconomia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele também é o organizador do livro, ao lado do economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Fabio Giambiagi.

O levantamento apresenta de forma detalhada as contribuições para o crescimento do **PIB** per capita

nas últimas décadas, uma referência para o bem-estar da população, e levanta o debate do desafio da economia brasileira daqui para frente. Se até agora uma população jovem, que impulsiona a força de trabalho, e a maior presença da mulher no mercado de trabalho têm ajudado a compensar a lenta evolução da produtividade, esses fatores perdem tração daqui para a frente, apontam especialistas. E o crescimento do **PIB** per capita vai depender cada vez mais da produtividade.

"O desafio é enorme. O crescimento via contratação de pessoas que estavam fora do mercado de trabalho está acabando. O bônus demográfico também chega ao fim. A gente só vai conseguir crescer o **PIB** per capita se tiver aumento de produtividade do trabalho", diz o economista.

Para ter uma ideia, a produtividade do trabalho no Brasil, em relação à dos Estados Unidos, chegou a atingir mais de 40% no fim dos anos 1970, mas caiu para cerca de 25% em 2021, como cita o coordenador do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), Fernando Veloso, no livro "Produtividade e o futuro da economia brasileira", da Fundação Dom Cabral (FDC), a partir de dados do "think thank" Conference Board.

Ao longo do período mais recente, Veloso destaca a influência do aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho para essa contribuição da taxa de participação na variação do **PIB** per capita. Classificado também como uma referência para o engajamento no mercado de trabalho, o ponto foi inclusive a maior influência para o aumento do **PIB** per capita nesse período mais recente, entre 2010 e 2023, pouco à frente do bônus demográfico. Diante do avanço observado, no entanto, a margem para aumentar daqui para frente é menor, pondera Veloso.

Ao mesmo tempo, o Brasil aproveitava a vantagem do bônus demográfico, com crescimento mais rápido das pessoas em idade de trabalhar que o da população como um todo. A acelerada transição demográfica no país aponta que esse processo se aproxima do fim.

Os outros fatores que entram na conta variam menos. Com a Constituição de 1988 e o aumento da informalidade, a carga horária, que é o total de horas trabalhadas no país, vem caindo. Já a taxa de ocupação, que é o contraponto ao desemprego, é uma variável mais cíclica, que oscila a depender de

períodos de recessão e de boom.

"A produtividade sempre foi importante, mas havia outros fatores demográficos que contribuíam também. A contribuição do bônus demográfico praticamente se esgotou e a taxa de participação também tem menos margem para aumentar. Agora, a responsabilidade da produtividade é ainda maior porque os outros fatores que compensaram seu baixo crescimento nas últimas décadas praticamente desaparecem", afirma Veloso.

Ao avaliar os dados, o professor associado da Fundação Dom Cabral e ex-diretor de Política Econômica e Dívida do Banco Mundial, Carlos Primo Braga, destaca a relevância da produtividade do trabalho para o crescimento econômico sustentado do longo prazo. "Sem isso, pode ter voo de galinha, expansão fiscal, mas não se sustenta", diz ele, que reforça a preocupação com o fim do bônus demográfico, que estima para algum momento na próxima década.

O ano de 2023 trouxe boas notícias, com aumento da produtividade, mas ainda não há clareza se esse será um movimento sustentado, apontam economistas. Um sinal positivo é a força recente do setor formal, que tende a mostrar maior produtividade. Ao mesmo tempo, no entanto, o Brasil ainda tem uma informalidade elevada e o aquecimento do mercado de trabalho e a incorporação de mais trabalhadores ao pessoal ocupado também inclui aqueles com tendência de menor produtividade.

"Infelizmente os dados de 2023 ainda são muito iniciais. É um ponto na curva, que é bem-vindo, mas se a gente olhar o que vai mover a produtividade, como a qualidade de educação, não tem bala de prata, isso é um processo. Além disso, nossa taxa de investimento é medíocre e há questões como melhoria de ambiente de negócios e a política de taxa de juros, que vai refletir também o cenário fiscal", afirma Braga.

Como reforça Veloso, a agenda para um crescimento sustentado da produtividade é conhecida, mas ainda assim avança a passos lentos e é mais do que necessária. Aumento da qualidade da educação, uma regulação adequada da **reforma tributária**, melhoria do sistema de crédito e da **infraestrutura** aparecem com frequência, lembra, mas pouco se fala sobre outro aspecto: a abertura da economia.

"A última reforma de abertura comercial foi no fim dos anos 80, início dos anos 90. De lá para cá, não houve nenhum avanço nesse sentido, na verdade ocorreu o contrário. Só que a inserção na economia globalizada é fundamental para absorção de tecnologia, particularmente agora com a evolução da inteligência

artificial", alerta o pesquisador do FGV Ibre.

Há uma expectativa, segundo Braga, de "mudança significativa de estruturas produtivas com apoio da inteligência artificial", mas a capacidade de o Brasil aproveitar este momento também depende da melhoria da qualidade da educação e dos investimentos realizados na área, não apenas da quantidade.

"Estamos no início desse processo. A inteligência artificial pode trazer novas práticas a pequenas e médias empresas, que podem ter impacto a médio prazo", nota.

Ainda que o mundo viva um momento de aumento de protecionismo em países como Estados Unidos e alguns europeus, Veloso defende que eles partem de outro cenário, com economias bem mais abertas que a brasileira. "A ideia de abertura é poder absorver tecnologia, mas os Estados Unidos já estão na fronteira tecnológica. Então [o protecionismo] é menos nocivo para eles."

"Vamos depender cada vez mais da produtividade do trabalho"

José Ronaldo de Souza Júnior

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187899?page=15§ion=1>

Juro curto sobe com ruídos e precifica alta da Selic adiante

Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

Os juros curtos voltaram a subir ontem, em meio a ruídos relacionados à condução da política econômica, e agora embutem nos preços uma alta de aproximadamente 0,5 ponto percentual da Selic até o fim de 2024, que encerraria o ano acima dos 11%. Com isso, ações sensíveis às taxas também ampliaram a performance negativa.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 subiu de 10,625% para 10,635%, enquanto o Ibovespa recuou 0,01%, aos 120.760 pontos, e o índice SmallCaps caiu 1,18%, aos 1.961 pontos. Já a taxa do DI para janeiro de 2029 caiu de 12,07% para 11,94%, em ajuste após o avanço firme observado na sexta-feira.

Os mercados locais encerraram a última semana com amplo movimento de aversão a risco, em meio a ruídos relacionados a falas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, feitas em reunião privada com agentes de mercado. Houve acionamento de uma série de ordens de "stop loss" (mecanismo acionado quando há perdas sequenciais), o que trouxe pressão técnica mais acentuada às taxas futuras.

Assim, o pregão ontem foi marcado, por um lado, por ajustes de posições e correção de exageros, especialmente na parte longa da curva. No entanto, os juros futuros se mantiveram bem acima dos níveis vistos na semana passada e as taxas curtas voltaram a exibir momentos de estresse acentuado, em um dia de forte pressão no câmbio, o que, segundo agentes, mostra que o mercado se mantém frágil e a volatilidade pode seguir elevada.

Segundo o profissional da tesouraria de um grande banco local, é possível que as taxas de juros tenham se estabelecido em um patamar mais alto. "Precisamos de gatilhos para uma melhora e, para uma melhora consistente, é preciso que mude alguma coisa na postura do governo. Podemos ver uma melhora de curto prazo por dados externos ou por um IPCA melhores, mas deve ser temporária. Para uma queda consistente, vai ser preciso algum sinal de corte de gastos ou de um ajuste fiscal crível", diz.

Segundo a precificação de Selic extraída da curva, os agentes esperam que a taxa termine o ano aos

11,159%, o que representaria elevação superior a 0,5 ponto percentual do nível atual, de 10,50%. O movimento de elevação nos juros teria ainda continuidade em 2025, levando a Selic para perto dos 12%.

Maurício Valadares, diretor de investimentos da Nau Capital, opina que existe, no curto prazo, uma perda de atratividade dos mercados emergentes, na medida em que os cortes de juros nos EUA parecem distantes, que o mercado acionário americano tem performance positiva e que as principais geografias emergentes apresentam problemas idiossincráticos.

Em relação ao cenário doméstico, ele aponta que, com as informações disponíveis, o nível de prêmio de risco dos ativos locais já parece proporcionar assimetria positiva. No entanto, entende que há um nível quase excessivo de comunicação por parte do Banco Central e da Fazenda no momento, o que tem impedido uma normalização dos negócios no curto prazo.

"Os fatores que podem dar uma acalmada nas coisas são dados de **inflação** surpreendendo para baixo nos EUA e, localmente, uma decisão técnica e unânime do Copom em sua próxima reunião."

No mercado de opções digitais, a probabilidade implícita de manutenção da Selic na próxima reunião é de 89%, contra 6% de corte.

1,18% foi a queda do índice de small caps na sessão

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187899>

Fiscal é fonte de preocupação, diz Campos Neto

Gabriel Shinohara De Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que o fiscal sempre é uma fonte de preocupação, que os investidores falam muito desse tema, e que a questão nesse ponto é como endereçar "o fato de que precisamos mostrar a investidores no longo prazo que podemos ter uma trajetória sustentável da dívida".

Campos Neto também mencionou que a mudança da meta fiscal pelo governo para 2025, de superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para déficit zero criou alguma incerteza no mercado. Campos Neto destacou que o importante para a autoridade monetária não é o fiscal em si, mas o que ele significa para as variáveis macroeconômicas que são relevantes para a função reação. O presidente do BC participou de evento virtual promovido pela Constellation Asset Management.

Campos Neto ainda pontuou que as pesquisas não mostram ainda uma reprecificação dos números fiscais, mas há uma mudança quando se olha o qualitativo. Em sua apresentação, o presidente do BC citou um dado do último "Questionário Pré-Co-pom", em que 79% dos respondentes disseram que a situação fiscal piorou entre as duas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

Na sessão de perguntas, Campos Neto foi questionado sobre os maiores riscos para a economia brasileira nos próximos dois a cinco anos. Ele respondeu que acredita que a maior percepção de risco no Brasil está relacionada à habilidade de se envolver no sistema em que "há harmonia entre política fiscal e política monetária. É nisso que as pessoas concentram mais no curto prazo".

Campos Neto ressaltou, no entanto, que o grande desafio que existe no Brasil é a produtividade, pontuando que houve aumento no setor da agricultura, mas fora disso, parou. Exemplificando com efeitos da reforma trabalhista no emprego, o presidente do BC disse que há muito foco no curto prazo e "acho que as coisas que importam são as vezes coisas que você faz hoje e não vê o efeito no curto prazo", disse.

Sobre **inflação**, Campos Neto destacou que o país está em processo de convergência e que os três

últimos números vieram melhor do que o esperado e no último houve melhora na qualidade. O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), considerado a prévia da **inflação**, teve alta de 0,44% em maio, abaixo da mediana do Valor Data.

Segundo Campos Neto, o BC vem fazendo um trabalho para tentar dissecar os componentes de serviços para ver se há correlação entre intensidade de trabalho e ajuste de preços. A ata do último Copom mostrou que houve debate sobre possível transmissão do aperto do mercado de trabalho para salários e preços, mas que ainda "não há evidências conclusivas de impacto do mercado de trabalho sobre a **inflação**", diz o documento.

O presidente do BC ressaltou que há o fenômeno no Brasil de **inflação** corrente com comportamento "mais ou menos" como se esperava, mas com expectativas de **inflação** começando a desancorar. Campos Neto ressaltou que a última comunicação oficial mudou o entendimento de "parcial ancoragem" para "desancoragem" e destacou que essa foi, parcialmente, a razão da mudança de ritmo de ajuste nos juros. A taxa básica de juros, a Selic, passou de 10,75% para 10,50% ao ano. Nas reuniões anteriores, os cortes haviam sido de 0,50 ponto percentual.

Campos Neto ainda tratou da atividade econômica, que segundo ele, trouxe boas notícias nos últimos meses com revisões de crescimento para cima. A atual previsão do BC é de alta de 1,9% no **PIB** este ano, já o mercado projeta crescimento de 2,09%, segundo a mediana do Focus. A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda estima alta de 2,5% este ano.

Ao responder a outra questão, sobre o que faria diferente se voltasse ao mercado após a experiência no BC, Campos Neto disse que "provavelmente navegaria melhor pelos ruídos porque estando desse lado você meio que vê como o bolo é assado e ver isso acho que coloca uma perspectiva diferente".

"[No mercado] Provavelmente eu navegaria melhor pelos ruídos porque, estando desse lado, você vê como o bolo é assado" Roberto Campos Neto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187899>

Correção do FGTS volta a ser julgada

JORGE MESSIAS disse que a Advocacia-Geral da União tem todo o interesse em que o julgamento seja realizado

Governo não vai pedir novo adiamento do processo no Supremo, que marcou para amanhã a retomada do julgamento BRASÍLIA O Supremo Tribunal Federal (STF) volta a julgar amanhã a ação que trata da correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O advogado-geral da União, Jorge Messias, se reuniu com o ministro Luís Roberto Barroso, presidente da Corte.

Após negociações, ponderações e pedidos de vista dentro da discussão no STF, Messias disse que o governo não vai pedir novo adiamento da questão e que a decisão do STF trará segurança jurídica aos trabalhadores.

Em seu voto, Barroso ressaltou que a remuneração do FGTS deve ser, no mínimo, igual a da poupança, mas que a nova regra não deve ser retroativa. Ou seja, o saldo do trabalhador começaria a render, a partir de 2025, a cerca 6,18% ao ano. Um percentual ainda pequeno, mas considerado de impacto para o bolso dos empregados e para as contas do governo.

Após a reunião com Barroso, Messias frisou que este é um tema importante de ser julgado.

"Tem um impacto fiscal significativo e nós temos todo o interesse que o julgamento ocorra. E é importante dizer também que o Judiciário Brasileiro tem quase 2 milhões de novas ações apresentadas nos últimos anos com este tema. E importante que o Supremo estabilize essa discussão e ofereça segurança jurídica para a sociedade", analisou o AGU.

Antes do pedido de vista do ministro Zanin, em novembro de 2023, Messias tinha se pronunciado sobre o julgamento da ADI nº 5090.0 ministro da AGU disse ter se alegrado com a "evolução do voto do ministro Luís Roberto Barroso".

Para Messias, a nova manifestação "mostra que houve uma sensibilidade com a argumentação apresentada pela AGU e com os números levantados pela Caixa Econômica Federal".

"Avaliamos que temos uma vitória, ainda que parcial e preliminar, porque tudo indica que se caminha para a

inexistência de passivo para as contas do Tesouro Nacional. As informações da Caixa encaminhadas ao ministro-relator mostram o impacto expressivo que eventual decisão do STF teria sobre o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) caso prevalecesse na Corte o entendimento manifestado no voto originalmente apresentado por ele

O governo pediu, ontem, ao ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), que mantenha a correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pela Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano, mas inclua que o reajuste seja em valor que garanta, no mínimo, a reposição da inflação medida pelo IPCA.

Nos anos em que a remuneração não alcançar o IPCA, caberá ao Conselho Curador do Fundo determinar a forma de compensação. da União (AGU), Jorge Messias, e o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Na reunião com Fachin, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acompanhou a agenda com o AGU.

Segundo o governo, a proposta tem o aval das centrais sindicais. Por isso, o governo pediu que Barroso adote em seu voto a "solução negociada" com os representantes dos trabalhadores.

O Valor apurou, contudo, que a tendência, até o momento, é que Barroso mantenha o seu voto. Ele é o relator do processo. O julgamento estava suspenso por um pedido de vista do ministro Cristiano Zanin, mas foi pautado para a sessão de amanhã.

A proposta foi apresentada aos ministros Barroso e Edson Fachin. Na reunião com Barroso, participaram o Advogado-Geral

FGTS: julgamento sobre correção será amanhã

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma amanhã o julgamento que discute uma possível mudança no índice de correção do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Por enquanto, três ministros votaram para substituir o atual parâmetro, o que, na prática, aumentaria os ganhos dos trabalhadores.

A ação é o segundo item da pauta do dia. Pela regra atual, valores depositados no Fundo são corrigidos mensalmente pela Taxa Referencial (TR), mais juros de 3% ao ano.

A correção dos depósitos nas contas do FGTS foi questionada no Supremo em 2014 pelo partido Solidariedade. Segundo a legenda, a TR é inconstitucional porque corrói o patrimônio dos trabalhadores ao não repor as perdas inflacionárias.

A proposta do relator, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, é de mudar a correção para a mesma taxa da poupança.

Os ministros André Mendonça e Nunes Marques concordaram com essa posição.

PROPOSTA ALTERNATIVA Além disso, o magistrado propôs que as alterações só passem a valer em 2025. Para 2023 e 2024, Barroso sugeriu estabelecer, como regra de transição, que a totalidade dos lucros auferidos pelo FGTS seja distribuída aos cotistas. Essa distribuição ocorreu nos últimos anos, mas não é obrigatória.

O governo federal apresentou uma proposta alternativa, para que a correção seja pelo menos igual à **inflação**.

O argumento da União é que o FGTS também tem função social e que o efeito da mudança seria bilionário - a estimativa de uma correção pela poupança é de um impacto de R\$ 1,295 bilhão em 2025, com alta gradual nos anos seguintes, alcançando R\$ 4,409 bilhões em 2030.

Neste ano, a Advocacia-Geral da União (AGU) enviou ao STF uma proposta para destravar o julgamento do caso.

A sugestão foi construída após consulta a centrais sindicais e outros órgãos envolvidos na causa. Em nome do governo federal, a AGU defendeu que as contas do fundo garantam correção mínima que assegure o valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial da **inflação**.

A proposta vale somente para novos depósitos a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal e não se aplicaria a valores retroativos.

Para a AGU, deve ser mantido o atual cálculo que determina a correção com juros de 3% ao ano, o acréscimo de distribuição de lucros do fundo, além da correção pela TR. Contudo, se o cálculo atual não alcançar o IPCA, caberia ao Conselho Curador do FGTS estabelecer a forma de compensação. O IPCA acumulado nos últimos 12 meses é de 3,69%.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Mercado aumenta de novo projeção de inflação

Pela quinta semana consecutiva, o mercado financeiro aumentou sua previsão para a **inflação** deste ano, mostra novo relatório Focus divulgado segunda-feira, 10, pelo Banco Central. A projeção passou de 3,88% para 3,90%. Um mês antes, a mediana era de 3,76%. Para 2025, foco principal da política monetária, a estimativa também registrou alta - de 3,77% para 3,78%, ante 3,66% de um mês atrás. As estimativas continuam acima do centro da meta para a **inflação**, de 3,0%.

Para 2026, a expectativa seguiu em 3,60%, ante 3,50% de um mês atrás.

No horizonte mais longo, de 2027, a estimativa para o IPCA se manteve em 3,50%, como está há 49 semanas. O governo já sinalizou a manutenção da meta de **inflação** em 3,0% para este e os próximos anos, mas ainda não publicou o decreto para regulamentar a meta contínua.

Apesar da mexida nas previsões para a **inflação**, o mercado manteve a projeção de 10,25% para a Selic no fim deste ano. Há um mês, o patamar era de 9,75%. Já a estimativa para 2025 foi elevada, de 9,18% para 9,25% - ante 9% há um mês. Para 2026, a projeção continuou em 9%.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC volta a se reunir na próxima semana para definir a nova taxa básica de juros - que hoje está em 10,5% ao ano. Depois da divisão do Copom na reunião de maio, na qual quatro diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriram divergência e votaram pelo corte maior dos juros, o mercado financeiro entende que o encontro deste mês será decisivo para a credibilidade da política monetária do BC.

ESCOLHAS Economistas e investidores ouvidos pelo Estadão estão divididos sobre se o BC já fará uma parada técnica nos cortes ou se irá votar por mais uma redução de 0,25 ponto porcentual. Mais do que a decisão, porém, o que será analisado serão as escolhas dos diretores Gabriel Galípolo, Paulo Picchetti, Ailton Santos e Rodrigo Alves Teixeira, os quatro indicados de Lula.

Na ata da reunião, esses quatro diretores afirmaram que o cenário havia piorado, mas que era preciso seguir o "guidance", ou indicação dada na reunião

anterior, sob pena de perda de credibilidade na comunicação oficial do banco. A decisão provocou ruído entre os investidores, que passaram a **temer** que o BC, sobre o governo Lula, seja mais leniente no combate à **inflação**.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-28cfdffe36b17fb278450506f62885c5.pdf

Dólar vai a R\$ 5,35, maior patamar em 17 meses

LUANA REIS

O dólar comercial renovou ontem sua máxima no ano. A moeda teve alta de 0,61%, a R\$ 5,35, mantendo o movimento de forte valorização visto na sexta-feira, mesmo em um dia de agenda esvaziada de indicadores macroeconômicos no Brasil e nos Estados Unidos -mas sob o impacto do avanço da extrema-direita nas eleições do Parlamento Europeu. Esse é o maior patamar de fechamento da moeda desde 4 de janeiro de 2023, quando encerrou a R\$ 5,45.

Na máxima do dia, o dólar comercial chegou a ser negociado a R\$ 5,38. No ano, acumula valorização de 10,39%.

"IMPRESSÃO" DE HADDAD

Analistas destacam que a moeda, que vem apresentando sucessivas altas nas últimas semanas, foi pressionada pela aversão a risco no exterior e a persistência de ruídos relativos à reunião do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com representantes do mercado na sexta-feira. Não se sabe ao certo o que foi tratado no encontro, mas o vazamento de um comentário sobre um possível contingenciamento neste ano em caso de maior pressão de despesas obrigatórias gerou estresse entre analistas. De acordo com os participantes, o tom da conversa passou a sensação de que a agenda econômica não depende só do ministro.

- O ruído em torno do Haddad não foi pelo o que ele disse, mas pela impressão que isso passou para o mercado. Parece que ele está perdendo o controle da agenda econômica, e o mercado teme que o arcabouço fiscal fique insustentável - avalia André Leite, CIO da Tag Investimentos.

Gustavo Okuyama, gerente de portfólio da Porto Asset Management, ressalta que o ministro é visto como "aliado" na busca do equilíbrio das contas públicas, daí a preocupação: -Haddad parece cada vez mais fraco, ele tem se provado um aliado do mercado na perseguição da meta fiscal.

No ano, o dólar acumula a alta de mais de 10%, em meio às frustrações do mercado com os juros altos por mais tempo nos Estados Unidos e o equilíbrio das contas públicas no Brasil.

Francisco Nobre, economista da XP Investimentos, explica que a corretora recentemente revisou sua projeção de R\$ 4,70 para o câmbio no fim do ano para R\$ 5, considerando fatores como queda no preço das commodities e incerteza em torno da meta fiscal: - Temos uma projeção de déficit de 0,5% do PIB para este ano. Ou seja, o governo não conseguiria atingir sua meta de equilíbrio nas contas públicas, o que vem pesando cada vez mais sobre o câmbio e aumentando o prêmio de risco para a economia brasileira -afirma Nobre.

A atual meta é de déficit zero, com margem de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo.

INFLAÇÃO NOS EUA

No exterior, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de moedas, avançou 0,25%. O clima no mercado global foi de cautela, após as eleições para o Parlamento Europeu e na semana de reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). Os dados de emprego, divulgados na sexta-feira, mostraram um mercado de trabalho aquecido, e muitos analistas deixaram de esperar um corte nos juros este mês. O mercado estará de olho nas projeções que o Fed vai divulgar depois da reunião.

Segundo Carla Agenta, economista-chefe da CM Capital, os dados americanos de emprego continuaram a pressionar o mercado ontem, junto com as incertezas geopolíticas na Europa: - Prevaleceu um movimento global de aversão ao risco. A ascensão da extrema-direita como formuladora de políticas econômicas sempre preocupa o investidor, dada a sua propensão ao nacionalismo em detrimento da globalização. Isso é determinante para essa apreciação do dólar -explica Carla, destacando a preocupação do mercado com a possibilidade de maior protecionismo na Europa.

Ontem, o euro recuou 0,4% frente ao dólar.

Investidores também estão atentos aos dados de **inflação** em maio nos EUA, que serão divulgados amanhã.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar tem nova alta, já avança 2,05% em junho e vai a R\$ 5,35

O temor em relação aos mercados emergentes e a percepção de risco local levaram o câmbio doméstico a mais uma sessão de desvalorização firme ontem, num movimento de "bola de neve" que estendeu o estresse de sexta-feira. No pior momento das negociações, o dólar à vista chegou a se aproximar de R\$ 5,39, com o possível acionamento de mecanismos de "stop loss", que encerram operações após atingir determinadas perdas.

A permanência do dólar na faixa entre R\$ 5,35 e R\$ 5,40 por mais tempo deve ampliar a pressão sobre os preços, dificultando a tarefa do Banco Central (BC) de trazer a **inflação** à meta e pressionando os juros de mercado.

Ao longo do dia, no entanto, a valorização da moeda americana arrefeceu, acompanhando o cenário externo. O dólar encerrou em alta de 0,61 %, a R\$ 5,3567 no mercado à vista. Já no mercado futuro, o contrato para julho teve alta de 0,06%, a R\$ 5,3675. A diferença entre a valorização firme do dólar à vista e a quase estabilidade do dólar futuro estaria no fato de que o mercado à vista, por fechar mais cedo, não teria absorvido todo o mau humor visto na sexta-feira pelos mal-entendidos com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, segundo operadores.

A sessão de ontem até começou com dólar rondando estabilidade e um viés de queda. Mas, já nos primeiros minutos, houve uma reversão e a moeda americana passou a subir com intensidade frente ao real. O movimento não foi exclusivo do câmbio doméstico, sendo observado também em outros mercados emergentes.

Ao comparar o desempenho do real ao de uma cesta de moedas emergentes, o estrategista-chefe da EPS Investimentos, Luciano Rostagno, diz que é possível perceber que toda a dinâmica de valorização do dólar veio de fora. "Por conta de uma desvalorização forte do real que ocorreu nas últimas semanas, até tínhamos um componente técnico [de correção] local que poderia ter beneficiado o real, mas foi ofuscado pelo externo." Na leitura de Rostagno, em semana de decisão de juros do Federal Reserve (Fed, banco central americano) e de divulgação de dados de **inflação** nos Estados Unidos, o investidor mostrou cautela no começo desta semana. "Há uma certa ansiedade com os eventos dos próximos dias e sobre

a expectativa em torno do ciclo de corte de juros do Fed. O mercado já está com uma precificação bastante tímida para corte de juros por lá, e isso pode vir a mudar", diz. "Também tem todo um contexto de resultados de eleições na Europa que acaba favorecendo maior polarização na política e, conseqüentemente, gera incertezas na condução da política econômica." Ainda que moedas emergentes fiquem mais desvalorizadas diante de cenários de incerteza global, Rostagno afirma que, caso não haja novos gatilhos, essas divisas podem buscar recuperação, em especial a moeda brasileira, diante da sua depreciação recente mais forte. "Poderemos ver o exportador aproveitando para internalizar capital." Mesmo que o cenário externo tenha sido o principal fator do movimento do câmbio ontem, operadores não descartaram o estresse local com a questão fiscal como um possível gatilho para o acionamento de "stop loss". O operador de uma gestora lembra que a fragilidade do real pôde ser observada na sua relação frente a divisas emergentes, ao cair 2,44% ante o rand sul-africano; 1,71% contra o peso mexicano; e 0,44% ante o peso chileno.

Com apenas dez dias, o dólar já avança 2,05% frente ao real no mês de junho - no ano a alta é de 10,4%. A apreciação tem pesado nos juros futuros, mas pode ter efeitos maiores diante da possível pressão inflacionária que dificultaria a tarefa do Banco Central no controle dos preços. Em maio, reportagem do Valor mostrou que a persistência do câmbio mais depreciado (no nível de R\$ 5,30 por dólar) poderia elevar as projeções de **inflação** em 0,4 a 0,6 ponto percentual nos 12 meses à frente, segundo simulações feitas à época.

Ainda que um ajuste na taxa de câmbio ocorra, uma melhora acentuada não está no radar de boa parte dos investidores. Em carta mensal, a Armor Capital afirmou ter aberto posição comprada em dólar contra a moeda brasileira no mês de maio, como resposta ao aumento do prêmio de risco no Brasil e aos consecutivos dados desfavoráveis de fluxo cambial. Em entrevista, o sócio e diretor de investimentos da Armor, Alfredo Menezes, diz ter diminuído um pouco dessa posição aberta em maio porque "o câmbio andou bastante" nos últimos dias.

"Do ajuste que o real precisava sofrer, cerca de 70% já foi feito", afirma, acrescentando que não descarta ver

o dólar a R\$ 5,60 no fim deste ano. "O preço médio da soja caiu perto de 18% em relação ao ano passado, e isso deve tirar uns US\$ 12 bilhões da nossa balança comercial, fora o risco de quebra de safra", afirma. "O petróleo pode até ajudar, mas não vai apagar todo esse prejuízo." A leitura de Menezes é que a sazonalidade mais positiva para o câmbio ocorre no começo do ano e agora "ficou para trás e não trouxe apreciação para a moeda brasileira". "Já no último trimestre do ano, há uma sazonalidade negativa para a conta financeira", observa. "Não teremos o mesmo fluxo de grãos; teremos mais importação por conta do Natal; e ainda há o pagamento de juros e dividendos para o exterior." As dúvidas em torno da performance do real tem elevado a posição comprada em dólar contra a moeda brasileira no mercado de derivativos. Segundo dados da B3, a aposta contra o real voltou a bater a máxima histórica, alcançando o patamar de US\$ 74,3 bilhões, na sexta-feira. Há um ano essa aposta estava em torno de US\$ 42 bilhões. Os dados incluem a posição em dólar futuro, dólar mini, swap cambial e cupom cambial (DDI).

A posição é vista como uma aposta contra a valorização do real, ainda que a leitura não seja precisa. Isso porque os dados também englobam investimentos em "offshores", que podem ser feitos por investidores locais, além de parte desse montante ser referente a estratégias de "hedge" (proteção) e não necessariamente uma aposta direcional no desempenho da moeda brasileira.

"Há ansiedade com os eventos dos próximos dias e expectativa em torno dos juros do Federal Reserve"
Luciano Rostagno

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187899>